

## **A DISCRIMINAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO MARCADA PELA SEGMENTAÇÃO DE GÊNERO**

Grasiela Oliveira Santana da Silva  
Mestranda em Sociologia pelo NPPCS/UFS  
grasielaoss@hotmail.com

Maria Helena Santana Cruz  
Professora do NPPCS/UFS e NPGED/UFS  
helenacruz@uol.com.br

**RESUMO:** O trabalho foi edificado como essencial para a vida do homem por possibilitar o seu processo de humanização. Com o advento das indústrias ele perde a capacidade de transformar o ser social e converter-se em um meio de sobrevivência. Tal fato torna-se mais marcante com a eclosão da crise do capital, que inaugura uma nova forma de produção, a acumulação flexível. Diante de tal situação capitalista e devido a toda construção histórica e cultural da figura feminina, a mulher passa a ser vista como o sujeito ideal para inserir-se nesses espaços. O fato de ter migrado do espaço privado para o público não deu a ela garantia alguma de respeito à sua cidadania. O artigo procura mostrar que o capitalismo veio para firmar e confirmar a subordinação da mulher na sociedade e que a acumulação flexível não deixou de incorporar essa mão-de-obra tão vulnerável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho informal, mulher, acumulação flexível.

**ABSTRACT:** The work was constructed as essential to human life by enabling the process of humanization. With the advent of the industries it loses the ability to transform the social being and become a means of survival. This fact becomes more remarkable with the outbreak of the crisis of capital, which inaugurates a new form of production, flexible accumulation. Faced with this situation because of all the capitalist and historical and cultural construction of the female figure, the woman is then seen as the ideal guy to fall in these spaces. The fact that he migrated from the private to the public did not give it any guarantee of respect for their citizenship. It tries to show that capitalism is here to establish and confirm the subordination of women in society and that the flexible accumulation has not failed to incorporate that manpower so vulnerable.

**KEYWORDS:** Informal work, woman, flexible accumulation.

## 1 Introdução:

A sociedade atual é permeada por uma série de mudanças em decorrência da globalização e dos fenômenos a ele relacionados. Surgem novas formas de trabalho, uma reorganização vista como essencial para não perder o foco da busca constante pela acumulação do capital. Modificam-se as formas e as forças de trabalho e, as mulheres passam a inserir-se cada vez mais nesse mercado como uma mão-de-obra necessária para a ampliação da renda de sua família, uma inserção que é influenciada e definida pelas características biológicas, familiares e sociais.

A acumulação do capital foi um dos elementos que exerceu influência direta nesse processo de transformação ao afetar de maneira significativa não apenas a organização da sociedade, mas também, a estrutura familiar e, portanto, a inserção da mulher no mercado de trabalho. Esse artigo estrutura-se basicamente em três pontos - escolaridade, tempo de trabalho e rendimento – procurando analisar como o processo de globalização afetou de maneira diferenciada a força de trabalho feminina e masculina no mercado informal.

## 2 Escolaridade dos jovens inseridos na informalidade

No passado não havia uma distinção entre espaço de trabalho e casa. Todas as atividades de produção de bens necessárias à sobrevivência da família eram desenvolvidas em um mesmo ambiente. Com o advento do processo de industrialização, esse espaço, que antes era unificado, passa por um processo de divisão de duas esferas distintas: o público e o privado, caracterizados como o espaço da produção e da reprodução respectivamente. A família não se limita à função de produção, pois a sua influência, na socialização de seus membros, passa a ocupar um lugar de destaque, uma vez que vai contribuir para a formação da personalidade dos integrantes que nascem.

Ao mesmo tempo em que demarcou os espaços no âmbito social, a expansão do mercado de trabalho caracterizada pela crescente urbanização e aceleração da industrialização e, portanto, marcada por um crescimento econômico, tornou a década de 70 como um período favorável à incorporação de novos trabalhadores, inclusive os do sexo feminino<sup>1</sup> (HOFFMANN; LEONE, 2004). A década de 90, por sua vez, é marcada por uma crise do sistema capitalista que gerou uma acumulação flexível e, com ele, o desemprego e o trabalho precário. Devido às inúmeras características atribuídas às mulheres, ao longo da sua história, e ao fato de o trabalho feminino ser visto como possuidor de menor valor em virtude de suas

especificidades “naturais” de mãe e esposas, elas são a mão-de-obra que mais facilmente se encaixam nas atividades caracterizadas como precárias.

Entretanto, a informalidade não atinge mais a parcela da população inserida na margem de pobreza e sem elevado nível educacional. Em uma época na qual o desemprego ganhou tamanha proporção, é praticamente impossível fugir dos seus efeitos independentemente da classe social na qual o indivíduo está inserido. O fato de pertencer a determinado grupo dentro da sociedade deixa os indivíduos suscetível a sofrer com maior intensidade os efeitos do desemprego, da informalidade e dos trabalhos terceirizados. Categorias como o sexo, a etnia, a faixa etária e a classe social acabam delimitando os espaços dentro da sociedade (MOTTA, 2005). Por mais que a pessoa seja capaz, o pertencimento a um determinado grupo sobressai sobre a sua individualidade, portanto, ser mulher, jovem, negra e pobre é ser quadruplicamente discriminada e inferiorizada dentro do contexto social.

A relação entre educação e trabalho não pode ser negligenciada dentro de um estudo que se propõe a analisar as relações sociais existentes entre homens e mulheres. Uma análise da escolaridade dos entrevistados<sup>2</sup> é fundamental para compreendermos um pouco mais a realidade de vida dos sujeitos. O ideal seria que, à medida que o nível de escolaridade aumentasse, esse sujeito se inserisse em outro momento no qual as chances de vida seriam mais amplas e melhores. Abaixo, será apresentado um gráfico com o tempo de escolaridade dos sujeitos entrevistados:

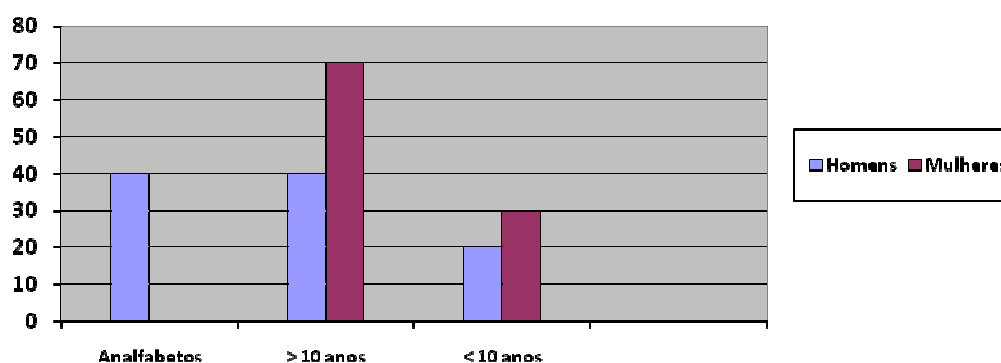


Gráfico 2: Escolaridade dos jovens entrevistados

Fonte: Dados coletados e tabulados pela autora

Podemos apreender que dentre os sujeitos da nossa pesquisa não existe nenhuma mulher analfabeta e que embora um número significativo delas esteja inserido em um tempo educacional abaixo de 10 anos, elas se destacam quando esse período aumenta. Está bem visível, nessa pesquisa, que a mulher se dedica mais à aquisição educacional quando em comparação ao homem. De acordo com uma pesquisa realizada no ano de 2008 pela PNAD

(2009), as mulheres passam mais tempo na escola do que os homens, a nível nacional são 7,2 anos de estudo para elas contra 6,9 para o sexo masculino. Na região nordeste estes dados são 6,3 anos delas contra 5,5 deles.

Partindo do contexto sobre o tempo educacional, faz-se necessário estabelecer outras análises tão significativas quanto esta e que nos possibilitará clarear o nosso olhar sobre as desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres no contexto social. Para isso, é essencial analisar a relação escolaridade/estado civil.

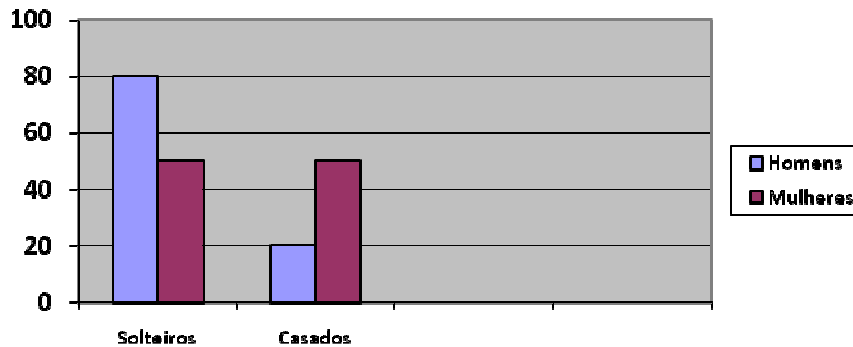


Gráfico 3: Estado civil dos jovens entrevistados na informalidade  
Fonte: Dados coletados e tabulados pela autora

Estabelecer essa relação nos conduz a uma compreensão de que ao casarem as mulheres se defrontam com uma jornada de vida a qual não estavam acostumadas e que, muitas vezes, as fazem abdicar da conquista de um determinado nível instrucional em prol de dedicação maior à vida conjugal.

Dentre as dez mulheres que fizeram parte do nosso estudo, cinco são casadas e, dentre estas, em três o casamento ganhou notoriedade em sua vida a tal ponto de fazê-las abandonar os estudos.

[...] eu parei de estudar não foi por causa do trabalho foi porque eu casei [...]  
(MULHER 09).

O papel social que, ao longo da história, foi atribuído à mulher se concretiza nas vidas delas. A principal função social, por elas incorporada e naturalizada, é a de dona-de-casa, aquela responsável pelas atividades do lar, cuidado com os filhos e o marido. O estudo na vida dessas mulheres ficou para o segundo plano ou, até mesmo, passa a não fazer mais parte da lista de futuras conquistas das mulheres. Para elas, o essencial na vida é ter uma família.

Parei de estudar porque eu casei muito cedo, com 14 anos. Foi tudo por causa disso. Com a menina pequena como é que eu vou para a escola? Dá trabalho demais cuidar de tudo (MULHER 08).

Segundo Bourdieu (1999), a identidade feminina e a identidade masculina estabelecem-se como antagônicas através das diversas maneiras de se servir do corpo, seja na forma de vestir-se, pentear-se, andar, olhar e até mesmo na compreensão que um faz do seu corpo. A mulher, através do que Bourdieu (1999) chama de confinamento simbólico cumpre “com felicidade”, na maioria das vezes sem nenhum questionamento, as atividades e práticas corporais que lhes foram atribuídas socialmente, o seu corpo edifica-se como um corpo-para-o-outro que deve estar preparado para exercer a sua função reprodutiva. Tal vinculação acaba trazendo limitações à sua inserção nos vários espaços dentro da sociedade.

Estudei até o 1º ano. Parei porque o cansaço não deixou. O cansaço e também a preguiça porque o cansaço só não é motivo, tem gente que trabalha mais do que eu e consegue estudar. O negócio é trabalhar e ganhar dinheiro. Repare, ainda sonhava em ser professora [risos], meu marido dá é risada [risos]. Desisti por causa das dificuldades, me casei logo cedo e tive que trabalhar para ajudar o marido e veio logo a criança. (MULHER 06).

Percebemos que, a princípio, ela tinha o desejo de ser professora e, que o principal motivo que a fez abandonar essa possível conquista foi o fato de ter casado cedo. A sua realização pessoal passa a ser a realização do outro e, ao interiorizarem e naturalizarem a “necessidade” de cuidar-do-outro, acabam abdicando do cuidar-de-si. O que mais importa para elas é o bem-estar da sua família,

Eu lavo, passo, cozinho [...] eu tenho que cuidar da casa [...] mulher boa é essa (MULHER 09).

É evidente que a realização dela está associada à satisfação do outro, mais especificamente do marido. O curto tempo em que permaneceram na escola tem como elementos influenciadores a necessidade de arrumar trabalho para ajudar no sustento da família. Essa situação é vivenciada por uma elevada parcela da população e pelo simples fato de desejarem assumir o papel social que ao longo da história foi a ela atribuído.

Situação totalmente inversa é a vivenciada pelas mulheres solteiras. Com um nível educacional mais alto, o casamento não é visto como o pilar da sua vida, não se constitui no tão sonhado desejo. A meta principal delas é a edificação de um futuro estruturado nas bases educacionais.

Com a educação a gente pode ter um futuro, um emprego, uma profissão [...] ter educação é fundamental para a nossa vida, uma pessoa bem formada é bom demais (MULHER 06).

Pra mim educação é tudo porque pra gente conseguir alguma coisa um dia se não tiver curso superior num tem nada (MULHER 10).

A aquisição do conhecimento é vista por elas, como o caminho possível para o ingresso na faculdade e, posteriormente, para o reconhecimento no mercado de trabalho. Elas possuem plena consciência de que quanto maior o nível educacional, maiores também, serão as chances de conquistarem o sucesso profissional.

Em primeiro lugar, as alunas do 1º grau obtêm melhores resultados escolares do que os alunos e suas taxas de evasão e repetência são mais baixas do que as deles, o que as leva em maior número ao nível seguinte de estudo. Em segundo, a cultura escolar vigente em sociedades patriarcais como a brasileira exigiria mais meninas, e não dos meninos, atitudes de dedicação aos estudos, obediência e bom comportamento, favoráveis à permanência na escola e prosseguimento dos estudos. (ROSEMBERG *apud* BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001/2002, p. 167).

Elas avançam mais na escolaridade e esse deveria ser um fator positivo para o seu ingresso e permanência no mercado de trabalho. Porém, mesmo tendo um nível educacional superior, ainda continuam numa situação de inferioridade dentro da sociedade quando comparada aos homens. É delas a maior jornada de trabalho e por que não dizer a contínua jornada, já que precisa realizar duplas, triplas e até quádruplas jornadas ao longo do dia, ao migrar entre espaços e papéis de dona-de-casa, trabalhadora, estudante, além de estar sempre bonita<sup>3</sup> e disponível para o marido.

Ao serem exploradas por esse sistema social-hierárquico, é dela também a menor renda obtida. As imagens das mulheres estão associadas ao seu papel reprodutivo e se projetam sobre a sua inserção no mercado de trabalho. Por mais que as mulheres possuam um nível instrucional superior aos dos homens é essa imagem que sobressai e influencia nas formas de inserção no espaço produtivo. Uma imagem feminina que é vista como barreira e limitação para a delimitação dos espaços e atividades laborais e o rendimento a ser adquirido.

### 3 Tempo de trabalho/remuneração dos jovens inseridos na informalidade

Aprendemos até então, que muitas das mulheres adentram nesse mercado de trabalho em um tempo mais tardio do que os homens e tal fato nos conduz a uma compreensão de que

isso acontece por ser a ela determinado o espaço privado e por ser obrigação do homem sair de casa para garantir ou auxiliar (no caso dos filhos) no sustento da família. Outro dado importante é que muitos se inserem nessa informalidade conduzidos por algum membro da família, geralmente uma figura feminina, já que são as mulheres as que mais facilmente se encaixam nesse tipo de espaço.

Todavia, não podemos desvencilhar o nosso olhar para o fato de que são as mulheres as que possuem um maior nível educacional. Neste tópico, vamos discutir dados que informam sobre o tempo de trabalho e o rendimento obtido pelos trabalhadores informais da feira livre ao estabelecer uma relação com o nível instrucional que os sujeitos possuem.

A entrada da mulher no mercado de trabalho é justificada pela necessidade de sobrevivência diante da pauperização da família, por uma mudança no seu comportamento que influenciadas pelos ideais feministas<sup>4</sup> não aceitam mais como naturais as suas condições de vida dentro das instituições sociais e a necessidade de consumo dos produtos que surgem (BRUSCHINI, 1994).

Meu marido arranhou outro trabalho e eu tive que ficar na barraca [...] Antes eu era dona de casa (MULHER 03).

Comecei a trabalhar aqui por causa da falta de outra oportunidade e, desde pequena, graças a Deus eu comecei a acompanhar a minha vó e peguei o jeito de trabalhar [...] também porque meus pais não tinham condições de ter gasto comigo. Trabalhando eu posso comprar minhas coisinhas. (MULHER 06).

Elas adentram, nesse mundo do trabalho, por um motivo específico, mas as suas necessidades singulares não deixam de estabelecer uma conexão com as experiências coletivas das mulheres que se encontram inseridas na feira livre. Vale ressaltar que a imagem de mulher-mãe e dona-de-casa influencia fortemente na sua inserção no mundo do trabalho ao afetar diretamente sobre as oportunidades de emprego e as condições nas quais este se desenvolve. O mercado de trabalho acentua as desigualdades salariais entre os sexos, mantém a segregação ocupacional feminina e, portanto, agrava a discriminação dos direitos sociais e generaliza-se a dupla jornada de trabalho da mulher.

[...] qualquer que seja sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo o que elas são e fazem, e está na própria base de um conjunto sistemático de diferenças homólogas [...]. (BOURDIEU, 1999, p. 112).

É esse coeficiente simbólico, ou seja, o fato de serem mulheres que exerce uma influência marcante no tempo em que elas se dedicam ao trabalho. A posição que as mulheres ocupam no mercado de trabalho e as atividades que elas desempenham tem sido frequentemente justificadas através das explicações que consideram as habilidades femininas como naturais. Contudo, o que não se questiona é a jornada extenuante à qual elas são submetidas. Às mulheres sempre foi associada a imagem de sexo frágil, mas diante do exercício de tantas tarefas faz-se necessário repensar sobre essa “fragilidade” feminina. Quando indagadas pela jornada de trabalho nas feiras obtivemos as seguintes respostas:

Na segunda eu trabalho no povoado Saco de Paripiranga, na quarta em Simão Dias, na quinta em Itabaiana, na sexta no povoado São José em Poço Verde, no sábado em Simão Dias novamente e no domingo no povoado Tabuleirinho em Simão Dias. O horário varia de acordo com a feira, geralmente chego para trabalhar às 4:00 horas da madrugada e saio às 5:00 horas da tarde, mas em Itabaiana saímos às 2:00 horas da madrugada e chego por volta de 1:00 hora da tarde (MULHER 08);

Eu trabalho na segunda em Adustina, aí saio de casa às 4:30 da madrugada e chego às 5:00 horas da tarde; na quarta trabalho em Simão Dias, de 5:00 até 1:00 da tarde; no sábado trabalho em Simão Dias, de 5:00 horas da manhã até 4:00 da tarde; na quinta só trabalho quando é época de festa no povoado Saco em Paripiranga, mas agora não vou mais porque estou no pré-jovem [...] é bom, ganho R\$ 100,00. Faço o curso de cuidados pessoais, aprendo a fazer unha, cabelo, maquiagem, depilação e já estou até arranjando umas clientes no momento que não estou na feira (MULHER 01).

Portanto, diferente dos homens que exercem seu papel no espaço público, as mulheres precisam transitar cotidianamente entre as dimensões pública e privada, desenvolvendo uma dupla e até tripla jornada de trabalho, a exemplo da MULHER 01 que é casada, tem filhos e ainda estuda. O que nos chama a atenção na cotidianidade dessa mulher é que seu estudo está voltado para a aquisição de habilidades profissionalizantes, edificando-se como uma possibilidade de ganhar um pouco mais de dinheiro e contribuir no sustento da família.

Observa-se, também, que o tempo que a mulher destina à execução do seu trabalho no espaço público varia de oito a até treze horas por dia, enquanto que na realidade dos homens esse tempo é menor, variando de oito até no máximo dez horas<sup>5</sup>. Vale ressaltar que esse tempo de trabalho feminino não tem início e fim determinado, isto é, o tempo de permanência na feira não é caracterizado como um único tempo laboral existente na vida cotidiana dessas mulheres. Ela assume novos papéis na esfera pública, mas não se desvincula dos seus papéis específicos na esfera privada.



O tempo da mulher passa a ser diversificado, pois realiza as mais variadas tarefas ao longo do dia, cuidam da casa, dos filhos, do marido e ainda realizam atividades no espaço extra-doméstico, caracterizando assim o seu ciclo de trabalho como praticamente contínuo (CRUZ, 2005).

Transitar por duas esferas, o público e o privado, possibilita que as mulheres adquiram uma característica universal de trabalhadoras, mas ao mesmo tempo as particulariza no papel de mulher à medida que essa inserção no mundo do trabalho se dá mediante algumas limitações e as atividades do espaço privado ainda permanecem como sendo obrigações suas. Assim,

[...] a modernidade cria novas necessidades de consumo, levando a mulher a inserir-se no mercado de trabalho, demonstrando que, apesar do complexo patriarcal, ela encontra formas alternativas de se manter presente no mercado de trabalho. (CRUZ, 2005, p. 290),

Uma das formas que mais facilmente as mulheres se encaixam é o desenvolvimento de atividades no espaço informal, que é visto, muitas vezes, como única alternativa possível de inclusão no mundo do trabalho.

Por trás da inserção da mulher no mercado de trabalho, está presente a construção social de sua identidade que, por sua vez legítima e reproduz as relações assimétricas de poder. “A identidade feminina é tributária de uma espécie de cultura das mulheres que, como tradição, marca a experiência existencial de opressão/dominação de todas elas” (CRUZ, 2005, p. 283). Portanto, por mais que elas possuam uma jornada de trabalho mais longa do que os homens, continuam sendo delas as atividades do espaço doméstico.

[...] eu num trabalho só aqui. Quando chego em casa vô fazer unha, cabelo, eu não trabalho aqui só e depois ainda vou tomar conta da minha filha e de casa [...] quem faz as coisas em casa sou eu [...] meu marido trabalha no supermercado MJ, de carteira assinada. Ele não ajuda em casa [...] chega cansado coitado, só ajuda a olhar a menina de vez em quando. (MULHER 01).

A divisão sexual do trabalho é naturalizada atribuindo à mulher a responsabilidade com as funções reprodutivas e a coloca numa posição desvantajosa no mercado de trabalho. Mudaram as formas de trabalho produtivo, mas não ocorreram mudanças significativas na reprodução social, pois esta continua sendo responsabilidade quase exclusiva da figura feminina. As mulheres compartilham com os homens funções no trabalho remunerado, mas o

mesmo processo não ocorreu em relação à distribuição das responsabilidades no espaço privado (OIT, 2009).

Quando questionada sobre quem executa as atividades de casa, a MULHER 02<sup>6</sup> com firmeza respondeu que essas tarefas são divididas entre ela e a mãe, ou seja, é uma responsabilidade das figuras femininas do lar, reforçando uma situação de hierarquia e assimetria de um processo no qual o homem encontra-se dispensado. Saffioti (1987) diz que a própria sociedade investe na naturalização da distribuição de papéis entre os sexos. Portanto, mesmo diante de uma série de mudanças no mundo do trabalho, é notório que não há uma alteração na divisão sexual do trabalho na esfera privada, já que as tarefas caracterizadas como domésticas continuam sendo responsabilidades das mulheres.

Esse próprio olhar da mulher sobre as suas atribuições dentro da sociedade acaba sendo interiorizado e cultivado por elas como naturais e perpetua-se, ao longo das gerações, como fruto de uma cultura patriarcal da qual nenhuma delas está imune. Vale ressaltar que, muitas vezes, elas participam como cúmplices na sua condição de subordinação dentro da sociedade à medida que não conseguem perceber a importância do seu trabalho tanto desenvolvido no espaço público quanto privado.

A convivência das mulheres com sua condição de inferioridade dentro da sociedade, também, reflete na compreensão de que elas fazem sobre a importância da aquisição dos seus rendimentos auferidos no final do mês, depois de muito suor derramado. Para isso, é essencial nos determos à análise dos rendimentos adquiridos pelos inúmeros jovens simãodienses que se encontram inseridos na feira livre após um dia de trabalho. Ressaltamos que os valores variam de acordo com o dia da feira, ou seja, na feira da quarta, o movimento é menor do que o sábado. Neste dia, não é possível encontrar uma variedade de produtos e, portanto, o rendimento obtido no final do dia não corresponde ao que é desejado pelos inúmeros trabalhadores que circulam na feira.

Pegaremos como referência os rendimentos conseguidos depois do trabalho desenvolvido no dia em que a feira é considerada boa, especificamente no sábado. Os rendimentos<sup>7</sup> obtidos pelos homens variam de R\$ 15,00 a R\$ 40,00 e nas mulheres a oscilação vai de R\$ 12,00 a R\$ 30,00. Vimos anteriormente que o tempo de trabalho desempenhado pela mulher na feira livre é superior aos dos homens. Esse tempo se encontra dissociado do período destinado à realização das atividades no espaço privado.

Mesmo destinando maior tempo à execução das atividades no espaço produtivo e possuindo também um maior nível instrucional, os rendimentos por elas auferidos são inferiores aos dos homens. Essa desigualdade nos rendimentos obtidos não pode ser

justificada e explicada por diferenças educacionais, uma vez que as mulheres simãodienses possuem um nível de escolaridade superior aos homens.

Um dos elementos que intensifica essa distinção entre homens e mulheres no mercado de trabalho informal é considerar a renda por elas conseguida como um complemento àquela obtida pelo chefe da família, a mulher assume, portanto, a função de “ajudante”, pois cabe ao homem a obrigação de prover o lar.

[...] o dinheiro é pra ajudar a fazer a minha feira (MULHER 03);

[...] dinheiro é para ajudar no sustento da minha família [...] (MULHER 08).

Meu dinheiro é preu sustentar minha família, tenho muié e filha e preciso dar di cumê pra elas (HOMEM 02).

Eu e meu irmão trabalha, aí intero aqui pra fazer um arranjo dentro de casa (HOMEM 01).

Entre os homens, as informações obtidas sobre o uso do dinheiro demarcam ainda mais as “obrigações” dos homens e das mulheres no contexto familiar. As mulheres compartilham com o orçamento familiar, mesmo que os seus rendimentos não sejam a principal fonte de sustento, o que ganham é de fundamental relevância para complementar a renda familiar. Assim, “ainda que a mulher possa trabalhar remuneradamente, contribuindo, dessa forma, para o orçamento doméstico, cabe ao homem ganhar o maior salário a fim de se desincumbir de sua função de chefe.” (SAFFIOTI, 1987, p. 24).

Isso se deve ao fato de que a chefia e a autoridade é atribuída ao homem. É ele quem tem, socialmente, a função de ganha-pão, de provedor do lar e, por isso, é de seu mérito todo o status que a família pode retribuir. Mesmo adquirindo uma determinada renda e contribuindo para o orçamento familiar, a autoridade masculina permanece inalterada e, cada vez mais fortificada, já que ela mesma não reconhece a sua importância dentro das dimensões privada e pública.

Assim, tal hierarquização e diferenciação sexual se estruturam independentemente das competências das mulheres. Por mais que elas se mostrem como capazes, as marcas de pertencimento a um determinado grupo, as mulheres, são evidenciadas e as colocam em uma posição de inferioridade em todos os espaços da sociedade. Seja como uma forma de auxiliar no sustento da família ou até mesmo pelo desejo em consumir os produtos que surgem, o que está evidenciado nas relações sociais entre os sexos no espaço informal é a desigualdade ao colocar a mulher em uma posição inferior em relação ao homem.

#### 4 Considerações finais

O quadro dramático do desemprego e das ocupações precárias atinge uma enorme massa da população. É em relação ao jovem que esse cenário parece ser mais perverso. Isso porque, em sua maioria, encontram-se acossados por baixos níveis educacionais e por exigências crescentes de qualificação e experiência para alcançar a porta de entrada desse mercado. Com poucas chances de êxito, nessa luta aberta e desigual por uma ocupação, o caminho que lhes resta não poucas vezes é o da marginalização completa. Não sem razão essa vulnerabilidade se expressa, por exemplo, nos altos níveis de criminalidade de que é vítima esse grupo.

O desafio atual é criar emprego para os jovens. O emprego assalariado típico, que serviu como modelo integrador de um tipo de sociedade, sofre uma crise que se manifesta pela multiplicação de formas de trabalho atípico: emprego parcial, temporário, trabalho independente. São algumas das novas formas que os jovens, provavelmente, devem enfrentar. Nesse quadro, frustrações se acumulam, portas se fecham, a qualificação cada vez mais se distancia e políticas públicas para enfrentar o problema se revelam ineficientes. Esse mosaico fornece a dimensão desse autêntico drama social.

A inserção do jovem na informalidade dificulta a ampliação de seus direitos e de ser respeitado como cidadão. As dificuldades pelas quais passam no seu dia-a-dia acabam influenciando no desenvolvimento de uma sensação de medo e insegurança diante da eminência do futuro. Ao abordarmos as relações de gênero dentro do espaço da informalidade não limitamos o nosso olhar única e exclusivamente às mulheres, mas sim a trama das relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres dentro do contexto da feira livre.

A divisão sexual do trabalho sempre se encontrou presente na vida de homens e mulheres. As explicações para essa distribuição de tarefas muitas vezes se estruturam num determinismo biológico e numa compreensão de que o papel de mulher dentro da sociedade está vinculado à reprodução. Trata-se, portanto, de uma tentativa de naturalização dessa divisão. O fato de ter se inserido no mercado de trabalho não retira delas a responsabilidade pelas atividades reprodutivas caracterizadas pelo cuidado com o lar, os filhos e o marido. Esse papel social à qual ela encontra-se vinculada acaba refletindo e influenciando na sua inserção no mercado de trabalho em relação ao acesso ao emprego, ao tipo de trabalho e às próprias condições de como esse emprego é desenvolvido.

Em outras palavras, a vinculação das mulheres a espaços e atividades específicas do mercado de trabalho “inferiorizam” o seu papel dentro da sociedade. As mulheres, portanto, independentemente da atividade que desenvolvam no espaço público, continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado do lar e dos filhos. Embora as mulheres tenham conseguido se integrar à esfera pública através do trabalho, essa integração ainda se dá associada à imagem de mãe/mulher/dona-de-casa.

Apesar de ter havido um crescimento importante da inserção feminina no mercado de trabalho, tal fato não foi suficiente para por fim à desigualdade existente entre homens e mulheres. O reconhecimento e a valorização do mundo do trabalho da mulher é uma condição fundamental para estabelecer uma sociedade mais democrática. É necessário desnaturalizar o que foi historicamente construído e o aparato biológico que coloca a mulher em um local de oposição e divergência em relação ao homem.

#### Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. In: ARAÚJO, A. M. C. Desafios da equidade. **Cadernos Pagu**. (número especial). Campinas, Pagu/Unicamp, n. 17/18, 2001/02, p. 157-96.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. In: **Estudos feministas**. Número especial. Escola da Comunicação. UERS, 1994, p. 178-199.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, gênero, e cidadania: Tradição Modernidade**. Aracaju: Editora UFS, 2005.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Trancoso. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002**. Belo Horizonte: Nova Economia. 2004.

MOTTA, Alda Britto da. Teoria de geração na perspectiva de gênero. In: CRUZ, Maria Helena S.; ALVES, Amy Adelina Coutinho. **Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos**. Aracaju, REDOR, NEPIMG/UFS/FAP-SE, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Brasil: **Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social/Organização Internacional do Trabalho – Brasília: OIT, 2009.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). **Síntese de Indicadores 2008**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php) Acesso em: 10 mar. 2009.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

---

<sup>1</sup> Hoffmann e Leone no trabalho “Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002” (2004) apresentam o perfil da mulher trabalhadora das décadas de 70, 80 e 90. Jovens, solteiras e pouco escolarizadas fazem parte do perfil das trabalhadoras da década de 70; em 1980 o mercado de trabalho é marcado por uma inserção de mulheres com idade acima de 25 anos, casadas e com um nível instrucional mais elevado; a década de 90, por sua vez, é caracterizada por uma ampliação do número de trabalhadoras, sobretudo de mulheres não muito jovens e que se inserem principalmente na informalidade, um espaço que não lhe dá garantia alguma de direitos trabalhistas.

<sup>2</sup> Os sujeitos que fizeram parte da nossa pesquisa são jovens inseridos na feira livre do município de Simão Dias/SE. Foram entrevistados 15 jovens (10 mulheres e 05homens) situados na faixa etária dos 15 aos 24 anos.

<sup>3</sup> De acordo com Goellner no seu trabalho Imperativos do ser mulher (1999), são três os eixos que conduzem à formação do ser mulher: seja bela, seja maternal, seja feminina. A beleza não é vista como um atributo natural das mulheres, mas como algo que deve ser conquistado e que é reflexo de um esforço individual que requer disciplina e dedicação. O ser mãe é visto como uma função social. As características bio-fisiológicas e o refinamento emocional são elementos que demarcam o papel da mulher dentro da sociedade. A idéia de beleza feminina pressupõe uma obrigação, a maternidade vem associada a um dever cívico e a feminilidade, por sua vez, seria uma conseqüência dessas duas (GOELLNER, 1999).

<sup>4</sup> Os impactos causados pelas idéias dos movimentos feministas promoveram uma série de mudanças no ideal de vida da mulher, e isso se reflete na baixa taxa de fecundidade. Ter filhos e cuidar do lar não ocupa mais o ápice dos objetivos femininos, muitas mulheres optam até mesmo por não casarem e outras até casam, mas não querem ter filhos; elas decidem estudar, se qualificar cada vez mais para competir “igualmente” com os homens no mercado de trabalho. (BRUSCHINI, 1994).

<sup>5</sup> Eu saio de casa umas cinco horas e fico lá na feira até uma hora da tarde (HOMEM 01);  
Eu trabalho de oito horas até quatro da tarde... é assim (HOMEM 02);  
Chego na feira cinco horas da manhã e saio duas da tarde (HOMEM 05).

<sup>6</sup> Vale ressaltar que na casa da MULHER 02 convivem quatro pessoas: o pai, a mãe, o irmão de 17 anos e ela. A ajuda na realização de atividades com filhos ou homens que encontram-se no período da adolescência não são solicitadas, tal abstenção de uma contribuição braçal dentro do lar acaba reproduzindo a divisão sexual do trabalho no contexto familiar.

<sup>7</sup> “Na América Latina, as remunerações das mulheres representam, em média, 70% da renda dos homens” (OIT, 2009, p. 66).

Grasiela Oliveira Santana da Silva: Licenciada em Educação Física pelo DEF/UFS, mestranda em Sociologia pelo NPPCS/UFS, integrante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG).

Maria Helena Santana Cruz: Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (1973), mestra (1979) e doutora (1999) em Educação pela Universidade Federal da Bahia; Área de Concentração Trabalho e Educação. Professora associada do Departamento de Serviço Social da UFS, do Programa de Pós-Graduação em

---

Educação (NPGED) e do Programa de Sociologia (NPPCS); Coordenadora e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG).